

Repressões acadêmicas nos EUA pós-11 de setembro

MICHAEL FURTADO

Ensaio-resenha: *Academic repression: reflections from the Academic Industrial Complex*, Editado por Anthony J. Nocella, Steven Best e Peter McLaren, AK Press, Baltimore, 2010.

Este livro é uma compilação das experiências críticas de acadêmicos estadunidenses, escolhidos por suas visões de esquerda em relação ao pós-11 de setembro. Os relatos individuais, todos eles angustiantes, descrevem e analisam o que aconteceu com os estudiosos islâmicos e antissionistas e outros pesquisadores que trabalham no campo dos estudos culturais, o que também inclui vários estudiosos dedicados às causas dos índios nativos, dos afro-americanos e da comunidade LGBT e outras questões de justiça social e liberdades civis.

O livro em si é compreensivelmente dividido em seis partes: “Contextualizando a

Repressão Acadêmica”, “Coerção Acadêmica: Estudos de Caso de Repressão”, “Repressão Doméstica e no Exterior: Oriente Médio e Perspectivas Africanas”, “Recados das Margens: Gênero, Raça, Sexo e Capacidades”, “Tempos Corridos no Destino Corporativo” e “Crepúsculo da Academia: Pedagogia Crítica, Intelectuais Dedicados e Resistência Política”.

A obra possui dois prefácios, um escrito pelo sociólogo-político e construtivista social Rik Scarce e outro pelo pesquisador de Políticas Literárias Michael Bérubé, que dá o tom do livro, contestando as críticas negativas feitas antes mesmo da sua publicação. Ambos os ensaístas pressagiam organizadamente o que se segue, com referências mordazes àqueles de dentro e de fora da Academia que menosprezaram os temas do livro e seus autores.

MICHAEL FURTADO

Sociólogo. Ph.D em Estudos de Educação pela Universidade de Queensland.

A introdução de Steven Best, Anthony Nocella e Peter McLaren oferece uma estrutura ao trabalho que segue, atribuindo o surgimento da repressão acadêmica nos Estados Unidos ao macartismo da década de 1950, temporariamente controlado pela revolta estudantil nos anos 1960 e ressurgindo no século XXI, em resposta aos quarenta anos subsequentes de guerras na América do fim do século. Estas guerras, argumentam os autores, atingiram o clímax com o 11 de setembro, que eles apontam como uma oportunidade para liberar “armas de destruição de classe” – modo como os autores denominam a reconfiguração da classe acadêmica, que deixou de ser uma classe com bons intelectuais públicos que empregavam a liberdade de discurso na manutenção da solidariedade com os oprimidos e tornou-se a ala intelectual do neoliberalismo.

A primeira parte consiste de quatro ensaios, assinados por Henry Giroux, Michael Parenti, Steven Best e Douglas Kellner, e Takis Fotopolous, que conduzem o livro por um território que vai desde o 11 de setembro e seu impacto na educação superior como um marco da crise

na liberdade acadêmica e na democracia, através de uma história da repressão acadêmica no passado e no presente, até chegar à guerra atual contra a esquerda acadêmica e suas conexões com a Nova Ordem Mundial. Trata-se de uma discussão teórica densa de cinco respeitados pesquisadores que estabelece a base teórica para o que vem adiante.

A seção seguinte, uma série de casos de estudos complexos e espetaculares ou exemplos discursivos de repressão acadêmica, traz contribuições de Robert Jensen, Ward Churchill, Richard Kahn, Bill Martin, Amory Starr, Christian Davenport e Peter Castro. Estes pesquisadores refletem, respectivamente, acerca do fracasso da Academia em defender mudanças impostas a membros individuais ou a aspectos radicais particulares de disciplinas baseadas em sua alegada subversão, investigação insuficiente, suscetibilidade ao ataque de guardiões disciplinares externos (no caso de Estudos Críticos do Sionismo), engajamento dos estudantes na política do *campus*, lei de armas dos Estados Unidos, e um ensaio conclusivo sobre a política de

repressão acadêmica relacionado à busca por um discurso neoconservador de responsabilidade acadêmica.

Para mim, o capítulo mais interessante é o de Ward Churchill, um acadêmico nativo-americano com credenciais acadêmicas irrepreensíveis em seu campo de estudos que foi demitido sob acusações falsas de plágio por demonstrar com extrema clareza a extensão da contaminação, por colonizadores americano-europeus, de nativos americanos com bacilos de varíola como parte de uma campanha de genocídio para exterminá-los.

Nos termos asiático-australianos, esse poderoso caso de estudos evoca memórias de lutas similares de historiadores da guerra contra hegemonistas coloniais encarregados de manter acesa a chama de uma narrativa histórica altamente contestável e um aspecto subalterno relativamente novo da disciplina surgido na última década, com a finalidade de estabelecer uma contraofensiva à história como uma série de narrativas que obscurecem as razões para o desaparecimento da resistência e da presença indígena, creditando este

acontecimento a fatores involuntários e a uma negligência accidental inofensiva, ao invés de dar-lhe como resultado de uma política determinada e deliberadamente racista.

O livro, então, passa a uma aplicação da sua teoria da repressão à desconstrução do que é controlado, censurado e permitido no tratamento acadêmico geral que os Estados Unidos dão à política africana e médio-oriental. Neste caso, a obra é um tanto tendenciosa, porquanto, embora a maior ênfase atribuída ao Oriente Médio e sua posição primordial como principal teatro de guerra dos Estados Unidos pareça justificada após os eventos do 11 de setembro, esta seção quase ignora acontecimentos recentes no teatro latino-americano, que simplesmente por causa da sua geopolítica interessa à política externa estadunidense. Logo este tema mereceria um papel mais proeminente nos estudos de caso propostos pelo livro.

Exceto pela discussão de Victoria Fontan sobre a Costa Rica, a obra simplesmente não oferece explicação sobre a forma como são tratados os estudiosos de América Latina nos Estados Unidos, como se

a situação destes pesquisadores já tivesse sido resolvida ou ajustada, depois de discussões prévias ou outras análises críticas, ou simplesmente cedendo à compreensão dominante depois de leituras radicalmente diferentes no texto, como se isso pudesse ser ignorado. Por que, alguém pode imaginar, não existe explicação para o surgimento de um líder como Hugo Chávez em uma entidade política como a Venezuela; e qual é o destino daqueles que se especializam em ensinar um conjunto de entendimentos diferentes sobre a política venezuelana, entendimentos que podem ir contra as explicações dominantes da Casa Branca, Wall Street, da CIA e do Pentágono?

A seção seguinte, sobre Gênero, Raça, Sexo e Capacidades, é, apropriadamente, uma contribuição exclusivamente feminina, dada a significativa sub-representação de mulheres na Academia, sobretudo em níveis superiores. Não há, porém, um ensaio GLBT: será que isto sugere que em uma era pós-AIDS, o discurso se esvaziou? O texto de Joy James, “Ensinando teoria, discutindo comunidade”, é um

conveniente lembrete de que nenhuma ideia pode ser efetivamente ensinada sem que se façam referências a uma agenda ativista e comprometida. A autora abandona a pretensão de estrita objetividade e, ao invés disto, sua paixão, certamente uma grande qualidade em qualquer ensinamento acadêmico, se derrama pelas páginas. A sequência de Dana Cloud, “Você é uma mulher assustadora: a política pessoal do neomacartismo”, também resume o que acontece quando a paixão em uma causa radical é indesejada e contida: com certeza, um caso de duplicidade de critérios e mensagens contraditórias.

Segue-se um conjunto de ensaios atrativos e interessantes sobre o que agora se denomina “Tempos Corridos”. Infelizmente, não se pode definir o que diferencia “tempos ligeiros” da, digamos, tese dos “Novos Tempos” de Stuart Hall como um fenômeno sociológico e cultural, o que, conseqüentemente, deixa o leitor intrigado apenas na superfície. O ponto alto dessa série é a referência foucaultiana de Caroline Kalfleite e Mechtild Nagel às universidades estadunidenses como parte da “Sociedade

Carcerária”, que transformou a torre de marfim em torre prisional, o que atualmente exige juras de lealdade e incorpora diversos níveis de vigilância, que vão contra os princípios da meritocracia e da liberdade acadêmicas.

Este texto é acompanhado por um ensaio de Deric Shannon e William Armaline baseado em uma construção anarquista do novo estudante da classe trabalhadora. O argumento usado é rico e relativamente novo, não se rendendo à explicação marxista dos estudantes trabalhadores direitistas como vítimas apolíticas de uma falsa consciência e, ao invés disto, os retratando, de forma convincente, como o novo pobre de uma era pós-bem-estar social, sem os benefícios de uma educação terciária subsidiada pelo Estado da qual seus precursores se beneficiaram e, em termos pós-estruturais, pesquisadores ativistas cuja consciência política se desenvolveu em direções diferentes daquelas de um *establishment* ortodoxo com interesse tão-somente em reproduzir-se a si mesmo. Há aqui um certo frescor que estimula o desejo por uma leitura analítica mais nova

e ousada do local de ação e resistência na política da classe trabalhadora acadêmica de levar adiante uma agenda política nova e menos conservadora, que não esteja completamente encarcerada em um arcabouço de certo modo imposto, extrinsecamente repensado e ideologicamente subcontextualizado.

Em seguida, ao discutir a greve na Universidade de Siracusa, Ali Zaidi tenta resgatar o jargão contemporâneo da “compaixão”, ao lhe agregar significados poderosos o bastante para mudar a vida das pessoas. Este é um merecido empreendimento, considerando que a esquerda está geralmente demasiado absorta em retratar a compaixão como uma mera virtude semântica da burguesia que, como a caridade, obscurece a justiça, do mesmo modo que a filantropia é apresentada como uma desculpa para coibir ações do Estado em favor dos excluídos.

A seção final, sobre “Pedagogia Crítica, Intelectuais Dedicados e Resistência Política”, é a mais inovadora porém a menos aproveitada. O colaborador de destaque nesta seção é Peter McLaren (“Educando por Liberação e Justiça Social”),

apesar da entrevista que constitui a base deste capítulo ser uma repetição do seu trabalho anterior sobre o papel do pedagogo crítico como um intelectual transformador. Isto posto, quero tecer algumas críticas.

Ao passo em que atíça o desejo, a natureza de muitos dos comentários deixa o leitor com uma sensação de ofensa gratuita que pode ser desconcertante e inadequada, até mesmo desencorajadora, quando se aplica um conjunto de ideias tão ricas ao contexto australiano, especialmente nesta conjuntura contemporânea do projeto capitalista-industrial global tardio, o qual, dentro do setor de educação universitária ou técnico-profissionalizante, em particular, e do capitalismo tardio, em geral, parece estar de algum modo em um estágio bem diferente da experiência dos Estados Unidos contemporâneos.

Embora haja similaridades entre os dois esquemas político-econômicos de condições acadêmicas impostos pelos processos de globalização, o fato é que a trajetória histórica das relações de trabalho australianas são bem diferentes das estadunidenses. Falta ao livro, portanto, um capítulo ou uma seção

que analise a experiência dos sindicatos dos Estados Unidos e seu fracasso em proteger as condições de emprego de pesquisadores acadêmicos estabelecendo um comparativo com a experiência australiana que, embora sob ataque e a despeito de muitas das suas características industriais terem sido suprimidas ou anuladas, é um tanto diferente daquela dos Estados Unidos.

Além disso, resenhando este livro em um momento em que forças neoconservadoras estão em ascensão na Austrália, depois de uma curta “primavera” não-conformista, ao fim da qual um primeiro ministro trabalhista foi deposto por seu próprio partido, existe uma sensação de *déjà-vu* que lembra a deploável pilhagem “constitucional” do primeiro-ministro Whitlam e o retorno às rédeas políticas dos conservadores nascidos para mandar, engajados em reverter ou impedir iniciativas democráticas em diversas frentes, especialmente no tocante à mudança climática, às relações industriais e ao tratamento de refugiados.

Os presságios, no entanto, não são exatamente diferentes daqueles que seguiram ao

11 de setembro, com as massas tomadas por um frenesi de falsa consciência, provocada pela crise financeira global e uma fuga em direção a soluções crescentemente criptofascistas em um mundo globalizado desregrado no qual o capitalismo enfrenta agora mais uma crise de investimentos e a falência da política fiscal, particularmente nos Estados Unidos e na Europa.

Ademais, enquanto na Austrália a supressão das desavenças não é uma busca exclusivamente acadêmica, se levarmos em conta as experiências narradas e referenciadas neste livro, o papel dos acadêmicos australianos como intelectuais transformadores, substancialmente ignorado até o momento, corre sério risco. Sem intelectuais transformadores, os neoliberais têm a chance de levar a classe trabalhadora a acreditar que as soluções para os seus problemas são fáceis e repousam aos pés de políticos e partidos incompetentes da esquerda; embora tenhamos de admitir que aqueles, ocupados em realizar compromissos burgueses com capitalistas, fracassaram consideravelmente em montar um caso contra os

terroristas da classe governante, responsáveis pela crise atual do capitalismo global.

De uma perspectiva australiana, então, a “Guerra contra o Terror” é uma guerra que dificilmente tomará as ruas, como em Atenas ou Londres, para mostrar à classe governante que os trabalhadores não vão aceitar o peso de sanções que lhes são impostas como corretivos econômicos de forma desproporcional; do mesmo modo, esta guerra não silenciou os acadêmicos australianos que trabalham neste campo, apesar de serem assustadoras as evidências de um ou dois casos recentes. O que é inequivocamente aterrorizante é a ausência evidente de um sistema legislativo de direitos humanos que proteja os direitos acadêmicos diante da crise. De fato, como isto poderia ser feito de modo que ajudasse a proteger contra os abusos escancarados de autoridade que o livro ilustra de maneira assustadora?

Como eu entendo, o ponto forte do livro – oferecer uma narrativa não-alinhada de vários casos de *bullying* por administradores de universidades – é também sua maior fraqueza, porquanto falta um capítulo

que aplique a teoria que a obra enuncia tão ricamente aos variados contextos do seu, assim se espera, grande número de leitores. Embora, de algum modo, o mordaz epílogo de Marc Bousquet sobre a *Kulturkampf*¹ da administração universitária possa ter sido uma tentativa de suprir esta falha, ele não logra seu objetivo. Ao invés disso, o leitor experiente poderia ter sido melhor desafiado a aplicar algumas das teorias e casos de estudo apresentados no livro a um contexto mais global, de modo que a crise do 11 de setembro fosse melhor avaliada pelo marco que oferece para as novas formas de combate do terrorismo global, desencadeadas em um ambiente acadêmico manifestamente protegido globalmente e insuspeito. Enfim, agora nós sabemos que o 11 de setembro não foi apenas o dia cujas consequências passaram despercebidas; foi também o dia em que todo o tipo de perversidade foi liberado sobre um público insuspeito e traumatizado.

Foi-se a necessidade de desculpas para a invasão do Iraque. A despeito da malfadada aventura no Afeganistão, o ataque

da Al Qaeda garantiu uma oportunidade de ouro para se abrir a Caixa de Pandora do poder das forças militares ocidentais sobre uma unanimidade islâmica até agora substancialmente inocente e insuspeita. Na reflexão que este livro irá, sem dúvidas, causar, deve haver algumas lições para os acadêmicos que perderam da última vez, e que terão indiscutivelmente de enfrentar crises vindouras como as que desconcertaram e por algum tempo prejudicaram a esquerda, dando à direita um ímpeto que ela jamais perdeu verdadeiramente desde então. Por que o trabalho de resistência é tão indispensável e importante no domínio acadêmico e intelectual?

A politização é um trabalho acadêmico especialmente difícil de se cumprir em tempos de turbulência; e nesta corajosa obra, está presente o uso de um tipo de voz epistemológica que parece funcionar nestes tempos de turbulência, injustiça e medo, com uma nitidez e precisão que em geral e compreensivelmente faltam nas narrativas de outras vítimas de opressão. Este discurso – de afetação erudita – não apenas narra o que ocorreu, mas leva os outros a

1 Nota do tradutor: Luta pela cultura.

também se preocuparem. No entanto, isto é suficiente?

No meu ponto de vista, o estilo enfático e distintivo do discurso não chega a ponto de expor os modos sutis e determinados com os quais os leitores podem responder à mudança social entravada pelo autoritarismo antidemocrático, sobretudo quando os instrumentos e órgãos de supressão, como a mídia e o maquinário oficial do Estado, exemplificados pelo gerencialismo corporativo da administração universitária, são cooptados para tal empreendimento. O texto, portanto, precisa de uma leitura cuidadosa que permita localizar, reconfigurar, galvanizar e fortalecer historicamente um novo grupo de leitores-participantes, ao invés de transformá-los em testemunhas silenciosas ou, pior, vítimas impotentes do que pode ser erroneamente entendido como uma profusão de reclamações.

É exatamente quando ideias e ações políticas dominantes e supressórias parecem estar mais estabelecidas que uma perspectiva histórica mais clara pode levar a um efeito otimista e mobilizador. Além disso, um discurso histórico-político que

fizesse referências aos eventos de 11 de setembro teria garantido que os colaboradores desse livro, bem como aqueles que se horrorizaram com a forma como eles foram tratados, jamais cedessem por causa do seu compromisso com o projeto de justiça. Para isso, seria necessária a agilidade crítica para ver cada evento descrito como único e não apenas uma repetição, como diversos escritores nessa obra insistem, da caça às bruxas macartistas da década de 1950.

Alguns aspectos dessa comparação não resistem ao escrutínio, porquanto as próprias críticas à extrema direita dos Estados Unidos naquele período (BELL, 2002) ofereceriam uma base inadequada de questionamento dos novos construtos da política da extrema direita estadunidense contemporânea, tais como o *Tea Party*. E é exatamente neste caso que um capítulo sobre as relações industriais acadêmicas teria sido mais necessário, lembrando o leitor que a história específica da castração dos sindicatos dos Estados Unidos e seus efeitos secundários sobre as relações de trabalho e reforma ajudaram a estabelecer as condições

miseráveis para muito do que é narrado nessa obra.

Como, então, tirar melhor proveito desse livro? Talvez ele possa ajudar a retornar ao discurso de alfabetização política de Richard Hoggart (1989), que notavelmente evidenciou que “distinções de classe não desaparecem; elas simplesmente aprendem novas maneiras de se expressar” (1989, vii). Ao fazer isso, o livro oferece um escopo para o avanço tanto de um historicismo crítico, como também de uma cultura crítica, a qual não significa apenas ultraje, mas também consternação, que expõe os aspectos de um discurso sobre o que C. B. Macpherson (2006) denominou “o mundo real da democracia”, privando a nudez do poder político contemporâneo de seu sedutor *négligé*, que disfarça sua nudez e sua repressão gerencialista corporativa predatória e, ao invés disso, compromete os leitores como co-participantes analíticos juntamente com os autores na reconstrução crítica do potencial para que o papel definido do professor universitário se torne um subalterno liberto.

Os termos deliberadamente ensaísticos com os quais esta resenha é construída se

relacionam à forma como o livro pode se apresentar e ser visto pelos leitores em geral, oferecendo, desse modo, escopo para o avanço do texto e fazendo com que ele se comunique de maneira que, em outras circunstâncias, seriam contidas e travadas sem explicação ou outra interlocução. Há várias justificativas para a adoção desta abordagem. Primeiramente, em processos convencionais de resenha, os resenhistas são escolhidos por sua *expertise*, e sua opinião tem enorme peso no êxito ou fracasso de um livro. Sendo *Academic repression* o produto de diversas experiências epistemológicas, não faz sentido se abordar o processo de resenha desde uma perspectiva externa que trata de testar a factibilidade do texto. Também não se questiona se é exagerado ou verdadeiro, imaginativo ou contido. Do contrário, a tarefa do resenhista é recomendar um contexto no qual as colaborações de tantos pesquisadores destacados possam receber uma atenção benéfica e conscientizadora dos leitores em geral.

De qualquer modo, uma resenha que apenas resume o texto pode muito bem refletir o olhar preconceituoso, subjetivo

ou prejudicial de uma leitura que privilegia alguns aspectos do texto em prejuízo de outros. Em resumo, ensaios-resenha tratam de discurso, e a abordagem escolhida pelo resenhista deve convidar e favorecer a discussão sobre as razões e a natureza da supressão acadêmica, as formas que ela apresenta e que poderá apresentar no futuro, suas tendências diante de variados contextos históricos e culturais e o tipo de preparo, publicidade, exposição e proteções a serem usados para diminuir o impacto do sofisma erudito contido e certo modo dominante – o que depende da clientela, da censura e de se manter dentro de uma fórmula prescrita de resenha – para ser reproduzida com êxito.

Assim, uma das utilidades desse livro pode estar no campo dos estudos do jornalismo crítico. Agora que os métodos corruptos dos oligarcas da mídia foram expostos mais uma vez, através do grande escândalo global da News Ltd,² há, como no caso do Wikileaks (apesar da prisão de Julian Assange), também

uma oportunidade sem precedentes de se usar, promover e aproveitar uma abordagem estimulante, alternativa e diversificada do jornalismo político, que normal e tradicionalmente privilegia uma maneira espúria de jornalismo propagandístico disfarçado de análise investigativa (como no programa televisivo *A Current Affair*³ e diversos outros programas de notícias em rádios e mídias interativas que tendem a ser dominados por formas altamente emocionais e obstinadas de um humor direitista ofensivo). Assim, escrever de maneira divergente – mais necessário do que nunca nos dias de hoje – deveria estar novamente na vanguarda dos estudos de jornalismo contemporâneo. Há diversos precedentes para o uso de um livro como *Academic repression* no ressurgimento de tal estudo, entre elas, as consequências de *The uses of literacy*, de Richard Hoggart, nos estudos literários.

Com este influente trabalho, Hoggart logrou despertar a capacidade crítica de uma geração inteira de críticos literários

2 Nota do tradutor: *News Ltd* é um dos maiores conglomerados de mídia da Austrália.

3 Nota do tradutor: *A Current Affair* é um programa de atualidades e notícias exibido durante a semana na televisão australiana.

que, até agora, cresciam dentro do cânone literário de F. R. Lewis (1948) de “alta cultura-baixa cultura” de uma burguesia pós-guerra sufocante. Os discípulos de Hoggart, Terry Eagleton (1996) e Stuart Hall (1988), também soaram a trombeta para despertar a Grã-Bretanha tatcherista da sua profunda proscrição politicamente iletrada da década de 1980. Eagleton, por meio da sua tentativa de relacionar o marxismo com o Ensino Social Católico declaradamente neoesquerdista do manifesto *Slant*, e Hall, de maneira mais ampla, estabeleceram a agenda para uma política cultural situada e diversificada, argumentando que cada mudança histórica foi específica e diferente, destacando o *status* condicional da política, e clamando por reflexividade e receptividade cultural popular.

Mediante estas duas contribuições extraordinárias, tanto Eagleton quanto Hall lutaram contra a ortodoxia sufocante da esquerda, questionando seu silêncio em discussões de diferença contextual, em que tinha se tornado prisioneira de uma solidariedade e unidade partidárias impostas. Ao afirmar isto, eles transformaram a

relação entre o compromisso político e a prática científica em chave para seu trabalho teórico. Parecia que eles estavam dizendo que há uma diferença entre a política do trabalho intelectual e a substituição do trabalho intelectual pela política. É pela exploração desta distinção que esse livro essencial tem a possibilidade de ser realizado, porque ele expõe aqueles que não reconhecem seus escritos políticos como antiteóricos e, em muitos sentidos, anti-intelectuais, nem entendem que seu trabalho intelectual seja sem sentido ou de reduzido valor científico.

Ao fazer isto, os ensaios nesse livro oferecem uma abordagem exclusiva que mostra que todo conhecimento, especialmente o novo, é e deveria ser contestado, localizado, comparado e debatido de maneira dialógica e política. Tal iniciativa complementar, e não contaminaria, a prática científica existente, subestimaria metanarrativas subdisciplinares e interdisciplinares desarticuladas existentes, e abdicaria de questões de verdade e objetividade enquanto as substituiria por questões de efeito, de emoção, de empatia,

e da importância da parcialidade e da preferência, de modo a estimular o cansado projeto democrático e fazê-lo mais humano, menos secamente acadêmico, mais comprometido e acessível, mais prático, mais (paradoxalmente) intelectual, e mais propenso à diversidade.

Para alcançar este propósito, esse livro talvez deveria incluir um capítulo sobre o estado crítico do discurso de globalização acadêmica no pós-11 de setembro (GROSSBERG, 2005). Do modo como está, seu objetivo político e teórico traz esperança e investimento, ao oferecer implicitamente a maior contestação possível de uma visão neoliberal da sociedade, por meio da exposição dos seus métodos descarados e de *bullying* no ambiente universitário. Contudo, ao fazer isto, a obra poderia ter ultrapassado a medida de formas de ativismo mais diretas, importantes como são e como delineado nas diversas narrativas dos colaboradores, e exposto mais claramente o papel teórico do intelectual político.

Isto teria, inevitavelmente, trazido o texto para o terreno dos estudos culturais, e como nem sempre cultura tem um impacto imediato, direto e visível,

a obra teria aberto espaço para uma mudança de longo prazo, baseada em uma análise teórica mais aproximada dos casos de estudos individuais que o compõem, assim, contendo tanto a desesperança como uma leitura fenomenológica do texto, garantindo-lhe maior potencial teórico. Entretanto, esta visão do livro permite a surpresa e conduz a lugares inesperados, com a possibilidade de um futuro imaginado, ao invés do calabouço de desespero que aqueles de nós que trabalham de maneira prática e intelectual por justiça conhecemos tão bem aqui e agora.

Particularmente, não pode mais haver finalidade para acadêmicos e aqueles que lhes servem sendo objetos passivos e submissos dentro da estrutura corporativa das administrações universitárias cuja conduta desumana e antiética desde o 11 de setembro, como retratado neste texto, atualmente define um novo papel para acadêmicos como propaganda direitista no atual estágio de luta política. Assim, os estudos culturais e a política podem caminhar lado a lado para servir ao projeto democrático na vida acadêmica, fazendo desse livro

e, espera-se, de outros que lhe sucederão, não um fim em si mesmo, mas uma rica fonte de dados e teorias para a pesquisa ativista e de novas soluções para os problemas da repressão acadêmica.

Com vistas a esta finalidade, esse livro deveria ser aberto a convenções discursivas, não apenas àqueles que previsivelmente o rejeitariam como um trabalho de descontentes, mas para conquistar outros que podem simplesmente nunca tê-lo lido. Isto iria capturar a imaginação de uma plateia cujas atitudes culturais “apolíticas” prevalecentes, ao invés das atitudes “políticas”, podem, de início, se opor a ele ou oferecer outras interpretações textuais e outras respostas aos eventos do 11 de setembro. Enquanto o livro certamente merece esse efeito provocativo, e potencialmente otimizador, inspirador e mobilizador, a única maneira de conquistar leitores participantes incipientes, que devem estar sob alerta contra os perigos de uma leitura imposta e ideologicamente parcial, seria referir-se e potencialmente expor os diversos discursos que cercam os próprios eventos do 11 de setembro, alguns dos quais se pretendem científicos.

Vários destes discursos incluem múltiplas teorias conspiratórias, discutidas principalmente por Pilger (2002), sugerindo que o 11 de setembro foi um instrumento da administração Bush para estimular as relações de comércio e o papel e a influência do Pentágono na política externa estadunidense, ambos profundamente limitados depois do fracasso dos Estados Unidos no Vietnã e o do fim da Guerra Fria. Como Pilger argumentou, estas teorias serviram ao propósito de dar uma *raison d'être* à intervenção estadunidense no Oriente Médio, ao fabricar um novo *Pearl Harbor*. Já que nenhum texto pode ser completo, pois, de um lado, é uma tentativa de se libertar de textos anteriores que se chocam com ele, e, “por outro, se prepara para atacar textos ainda não escritos por autores que ainda nem nasceram” (SAID, 1975, p. 26), esta resenha estaria incompleta sem refletir que eventos como o 11 de setembro raramente passam sem consequências sísmicas na política doméstica e, não refutando as afirmações de Pilger, tais eventos originam um perigoso imperativo de autocensura no controle de forças libertárias,

especialmente na Academia, na mídia, nas artes e na política, se não forem explorados.

De modo similar, é possível se encontrar no livro explicações extras para o 11 de setembro no contexto do abuso dos direitos humanos e violação das liberdades civis impostos a pessoas como David Hicks (2011), ostensivamente exercendo seu direito de se aliar aos islamistas no conflito global que opõe palestinos a sionistas e que contribui para pelo menos uma das narrativas desta obra. Obviamente, enquanto Hicks foi capturado do lado errado do Afeganistão porque caminhava em terreno perigoso, um argumento muito mais ponderado sobre o aspecto dos direitos humanos neste conflito, apresentado por um acadêmico judeu do Oriente Médio, não foi suficiente para livrar seu texto de uma rejeição.

Tomadas conjuntamente, então, as contribuições para esse livro também deveriam ser vistas como evidência do que é possível quando os objetivos de acadêmicos aliados a entusiastas de política externa e especialistas em direitos humanos/liberdades civis dedicados a servir ao projeto democrático

são frustrados e os três voltam suas atenções – não apenas expondo práticas repressivas corruptas, mas também as criticando – para expressar uma ampla solidariedade para com as vítimas, bem como para assegurar a possibilidade de um futuro justo.

Ao agir assim, os autores também desmascaram de forma poderosa o forte apelo à objetividade, verdade, lealdade e um arcabouço ético extremamente limitado (que contamina muito do que normalmente passa por pesquisa de alta qualidade) para fazer brilhar a tocha da publicidade na situação da pesquisa científica no pós-11 de setembro. Desse modo, fazer surgir questões adicionais sobre a utilidade da pesquisa que insiste em fugir da política, de maneira que os pesquisadores possam, mais uma vez, se dedicar inteiramente a problemas concretos em termos historicamente significantes, verdadeiros, reais, politicamente informados, articulados, fortalecedores, empíricos, bem informados e ativistas.

Nesta ótica, esse texto pós-11 de setembro não apenas oferece um dos mais inspiradores exemplos do desenvolvimento

de um paradigma de crítica sobre o *modus operandi* e as condições de emprego constantemente mutáveis da universidade global, como ajuda a construir novas compreensões para os padrões e tendências, além de respostas para algumas das

consequências mais significantes e bizarras do 11 de setembro, tenha ele sido um acontecimento inventado, como argumenta Pilger, ou não.

Tradução:
Camila Alves da Costa

REFERÊNCIAS

BELL, Daniel. **The radical right**: the new American right expanded and updated. 3rd ed. New York: Doubleday & Company, 2002.

EAGLETON, Terry. **The illusions of postmodernism**. Oxford: Blackwell, 1996.

GROSSBERG, Lawrence. **Caught in the crossfire**: kids, politics and America's future. London: Paradigm Publishers, 2005.

HALL, Stuart. **The hard road to renewal**: thatcherism and the crisis of the left. London: Verso, 1988.

HICKS, David. **Guantanamo**: my journey. New York: Random House, 2011.

HOGGART, Richard. **The uses of literacy**: aspects of working-class life. 2nd ed. Harmondsworth: Penguin Modern Classics, 1989.

LEAVIS, F. R. **The great tradition**. Kolkata: Cambridge University Press, 1948.

MACPHERSON, C. B. **The real world of democracy**. 2nd ed. Toronto: Anansi, 2006.

PILGER, John. A new pearl harbour. **The New Statesman**, 16 Dec. 2002.

SAID, Edward. The poet as Oedipus: review of Harold Bloom's a map of misreading. **The New York Times**, 13 Apr. 1975.